

INTERESSADO: NIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI

RELATOR: Conselho João Baptista Salles da Silva

PARECER Nº 2807/74, CPG; Aprovado em 25/09/74. Com. ao Pleno
20/11/74 (Proc. 1954/74)

I - RELATÓRIO

I - HISTÓRICO:

1.1. NIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA, filho de José Francelino de Almeida e de Maria Alves de Almeida, nascido em Andorinha (Bahia), a 20 de março do 1954, domiciliado e residente à R. Cel. Fernando Prestes nº 292, apt. 1 em Santo André, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Almirante Tamandaré", solicita pronunciamento desde Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos, visado a prosseguir-los no ensino regular de 1º grau.

1.2. É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.2.1 curso primário, com 4 (quatro) séries, no Grupo Escolar "Prof. José Augusto de Azevedo Antunes", em Santo André (S.P);

1.2.2 Fez, em continuação, o curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 3 (três) "graus", especialidade Torneiro Mecânico, na escola SENAI "Almirante Tamandaré", em São Bernardo do Campo, onde estudou: Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física, Prática Profissional;

1.2.3. Em 21 de Junho de 1972, concluiu o curso, tendo recebido o certificado de aprendizagem.

1.3. A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Re-solução CEE nº 19/65.

PROCECSO CEE Nº 1954/74 PARECER CEE - Nº 2807/74 2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE - nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSO CEE N° 1954/74 PARECER CEE N° 2807/74

2.5 O antigo "grau" - denominação que o SNEAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo atual".

2.6 O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 3 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 3 "termos", ou ainda, de

3 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do Artigo 1º, Deliberação CEE n° 14/73, isto é, 720 horas (2880:4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou é equivalente ao previsto pela Resolução CFE - n° 8/71.

2.8 Há vários processos deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada respeito.

II - CONCLUSÃO À vista do exposto, votamos no sentido de que este egrégio Conselho reconheça os estudos realizados por NIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA o curso de aprendizagem ministrado pela Escola SENAI "Almirante Tamandaré", São Bernardo do Campo, como equivalentes aos cumpridos na 5ª série, podendo, portanto, autorizar-se sua matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula do interessado, deverá submetê-lo a processo de adaptação em Geografia Geral e História Geral - caso não constou no currículo da 8ª série - bem como em outras disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 25 de setembro de 1974

a) Conselheiro João Baptista Salles da Silva
Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues, da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro, Maria de Lourdes M. Haidar, Rachel Gevertz.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1974

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Presidente